

Comissão de Economia, Obras Públicas
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2023/31
Data 20/02/2023

**Exmo. Presidente da Comissão
Parlamentar de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação
Deputado Afonso Oliveira**

Lisboa, 20 de fevereiro de 2023

Assunto: Requerimento para audição com caráter de urgência da Senhora Ministra da Habitação

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação,

O CHEGA vem requerer, nos termos regimentais, a audição da Exma. Ministra da Habitação para prestar esclarecimentos relativamente ao pacote “Mais Habitação”.

A 16 de fevereiro, o Conselho de Ministros anunciou em conferência de imprensa, a aprovação de um conjunto de medidas, com vista a procurar “responder de forma completa a todas as dimensões do problema da habitação».

O anúncio, feito nas palavras do Senhor Primeiro-ministro, contou com o testemunho presencial do Senhor Ministro das Finanças, Fernando Medina, e da Senhora Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, tendo sido ainda indicado que as medidas agora aprovadas se encontrarão em discussão pública durante cerca de um mês para, estimando-se que no final desse período temporal, possam ser aprovadas, quer pelo Governo, quer pela Assembleia da República.

Até aqui nada de preocupante, desde logo porque é sabido e vivido que a habitação é no momento em que nos encontramos motivo de grande preocupação para toda a sociedade portuguesa, com a particularidade gritante de já não se fazer notar apenas nas pessoas detentoras de menores recursos, chegando também à denominada classe média, o que testemunha bem a transversalidade do problema que está em causa.

Contudo, o pacote de medidas “Mais Habitação”, pese embora anunciado como a solução para um problema, está na verdade a criar outro, pelo receio, desconhecimento ou até mesmo indicação de desconformidade por parte da sociedade, em particular dos proprietários de imóveis, quanto à sua aplicação, seus contornos, critérios e até mesmo, consequências.

De resto, as críticas que surgem em catadupa, parecem apenas ter um denominador comum, que se traduz no aparente consenso entre sociedade civil, proprietários, economistas e até partidos políticos da esquerda à direita, de que as medidas agora anunciadas, umas poderão ser inócuas no seu resultado como sucede com o fim dos vistos Gold, ou outras, essas sim, mais preocupantes, passíveis de fomentar a exponenciação de abusos de controlo administrativo de propriedades privadas por parte do Estado ou até fenómenos de favorecimentos variados.

Às circunstâncias anteriormente explanadas, acresce a de uma possível inconstitucionalidade quanto ao arrendamento coercivo, verificando-se já alguns contributos e alertas de especialistas que admitindo a sensibilidade da matéria, consideram que a mesma apenas contribuirá para um aumento de litigância entre os proprietários dos imóveis e nalguns casos o próprio Estado, circunstância que uma vez mais não resolverá os problemas dos hipotéticos inquilinos.

Na verdade, teme-se que esta possibilidade agora anunciada possa significar uma nova mutação de nacionalização indevida, circunstância que colide grosseiramente com a função social da propriedade apregoada pelo Executivo por forma a resolver as desigualdades existentes.

Perante esta situação, que não nos escusamos de classificar como da maior gravidade pelas preocupações e reações sociais que já faz sentir, o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa. que tome as diligências necessárias à audição com caráter de urgência à Senhora Ministra da Habitação, na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Palácio de S. Bento, 20 de fevereiro de 2023,

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Filipe Melo